

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**A colonização do sertão da Paraíba:
agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes*

Resumo: Este trabalho aborda a ocupação colonial do sertão da Paraíba enfocando os agentes produtores deste espaço e os contatos interétnicos, num período que compreende a segunda metade do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII. Neste sentido, procuramos demonstrar que a colonização do sertão e sua reorganização espacial não foi resultado apenas das ações sociais dos colonizadores, mas, que, sobretudo contou com a participação de vários grupos indígenas que igualmente protagonizaram este processo de expansão territorial do Império português constituindo, desta maneira, um processo multifacetado de inserção, rejeição e transformações constantes, por parte dos indígenas, ante a nova dinâmica social que se estabelecia no sertão.

Palavras-chave: colonização-sertão-índios.

Abstract: This work approaches the colonial occupation of Paraíba's countryside focusing the space producing agents and the interethnic contacts, in a period about the second half of the XVII century and the first three decades of the XVIII century. In this sense, we tried to show that the countryside's colonization and its space reorganization was not just resulted of the settlers' social actions, but, that, above all it counted with the participation of several indigenous groups that equally played this process of territorial expansion of the Portuguese Empire constituting a several faces insert process, rejection and constant conversion, from the indigenous, in face of the social dynamics settled down in the countryside.

Keywords: colonization – countryside – Indians.

Um dos mais importantes estudiosos da Paraíba, Ireneu Joffily (1892), conclamou no final do século XIX, os pesquisadores no futuro a estudarem a fundo a segunda metade do século XVII, em razão da importância que ele atribuída a esta época para a história da Paraíba. Este período insere-se no contexto da conquista colonial do sertão e os historiadores do século XX, por sua vez, não se furtaram em destacar em suas obras este processo, bem como as guerras entre colonizadores e índios que ocorreram como fruto dessa expansão territorial.

Apesar de rica e variada, essa produção clássica, se concentrou sobretudo nos principais fatos, encadeados cronologicamente, e principais personagens que teriam participado deste processo. Neste sentido, o tema da colonização do sertão não é inédito entre

* Graduado em História (UFPB), Mestre em Geografia (UFPB) e professor assistente substituto do Departamento de História da UFPB.

os estudiosos da Paraíba, no entanto, a partir de abordagens diferentes, discutiremos questões que foram tratadas marginalmente por alguns estudiosos do tema ou mesmo, que não foram objeto de suas preocupações. Trata-se, assim, de redimensionar a formação social e territorial a partir da análise dos diferentes grupos sociais que participaram da colonização do sertão tendo como referência a importância dos índios não apenas como vítimas, como geralmente se fez nos estudos clássicos, mas sobretudo como sujeitos históricos que se posicionaram de diversas maneiras em relação a este processo¹.

Colonização, índios e sertão:

Dentre as diversas conceituações possíveis de espaço, aquela que o entende como produto das relações entre indivíduos, grupos ou culturas nos desperta especial interesse. Além disso, o espaço se produz no tempo estando assim, em contínua construção. Baseado nessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a ocupação colonial do sertão da Paraíba tomando por base os agentes produtores deste espaço e os contatos interétnicos entre índios e colonizadores, num período que compreende a segunda metade do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII.

Num trabalho desta natureza, as relações interdisciplinares são não apenas importantes, mas sobretudo imprescindíveis para um maior enriquecimento dos temas tratados. Neste sentido, adiantamos a orientação interdisciplinar deste trabalho na medida em que procuramos realizar um diálogo entre a geografia, a história e a antropologia, sendo esta última, uma área de conhecimento essencial para estudos que envolvem índios.

Levando-se em consideração as diversas possibilidades de abordagens culturais da geografia, identificamos algumas de importância capital para o desenvolvimento deste trabalho. Neste quadro, surge a etnogeografia, conceito que emergiu como “uma reflexão sobre a diversidade dos sistemas de representação e de técnicas pelas quais os homens agem sobre o mundo e modelam o espaço à sua imagem e em função de seus valores e aspirações” (CLAVAL, 1997:114). Resumindo, a etnogeografia é o estudo da etnicidade e de sua espacialidade.

Desta forma, a etnogeografia é dirigida para os grupos étnicos e sua relação com o espaço em várias escalas de abrangência. Conforme muitos estudiosos afirmam, a diversidade étnica e cultural do Brasil é um dos elementos norteadores de sua formação e processo histórico. Sobre isso Ratts afirma que:

Nessa terra de índios, negros e brancos as relações sociais constituem relações interétnicas e se processam de maneira diferenciada e desigual. A cultura, que por

¹ Este trabalho corresponde a nossa dissertação de mestrado defendida em 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba.

vezes adjetivamos de popular também o é negra e indígena. O grupo étnico branco, quase nunca assim denominado, tem sua cultura referida através de regionalismos e nacionalismos. A espacialização desses segmentos é da mesma forma diversa e desigual. (2003:31).

Do ponto de vista teórico, a tese de Sérgio Buarque de Holanda em relação ao sertão e sua conquista colonial, foi uma das que melhor amparou este trabalho. Neste sentido, Robert Wegner (2000) mostra como a “tese de fronteira”, criada pelo historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, no final do século XIX, influenciou decisivamente os estudos de Sérgio Buarque a respeito da conquista do sertão da América portuguesa.

Para Turner, enquanto a idéia de fronteira na Europa, por exemplo, tinha uma conotação política, ou seja, era o limite territorial entre Estados Nacionais, no contexto dos Estados Unidos do século XIX, a fronteira representava, por outro lado, o ponto de encontro entre a civilização e o primitivo. Ainda segundo o autor, o núcleo da tese de Turner acerca da idéia de fronteira residia na “adaptação do europeu ao nativo” (WEGNER, 2000:94), ou seja:

A partir da adaptação a padrões primitivos, o pioneiro desenvolve novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade, inclusive recuperando sua bagagem cultural – num primeiro momento abandonada – formando uma nação compósita e tornando-se tipicamente americano. Em outras palavras, na fronteira o pioneiro volta a estágios primitivos e, num processo contínuo, torna a evoluir rumo à civilização, apontando para uma nova nação. (2000:99).

Vemos assim, que o tema da adaptação do colonizador à realidade nativa (ecológica e social) do Brasil figurou com destaque nos estudos de Sérgio Buarque servindo de instrumento metodológico para trabalhos futuros sobre contatos entre culturas no Brasil colonial².

No estudo citado, como dissemos, Wegner procura demonstrar a influência do pensamento de Turner sobre boa parte da obra de Sérgio Buarque. Assim, os contatos de Sérgio Buarque com a historiografia estadunidense fez com que este minimizasse, em seus trabalhos, a influência ibérica na conquista do sertão ao passo que procurou demonstrar, por outro lado, que houve um processo de “americanização” por parte dos colonizadores, fruto dos contatos destes com os nativos e sua realidade ecológica. Assim, destacando a influência indígena sobre a colonização do sertão, Sérgio Buarque deu um importante passo no sentido de resgatar a importância dos índios, neste processo, sendo um dos precursores na historiografia brasileira nesta perspectiva.

² Wegner destaca ainda, em relação à “tese de fronteira” de Turner, as idéias deste autor a respeito da fronteira como “válvula de segurança” das áreas mais densamente povoadas. Esta especificidade do pensamento de Turner, junto com as suas idéias acerca do controle do Estado sobre as fronteiras, destacamos no terceiro capítulo de nossa dissertação cujos temas têm maior sintonia com essas idéias.

Nesta historiografia, aliás, de um m^o geral, os índios foram enfocados, ao longo do século XX, principalmente como força de trabalho, objetos de catequese ou empecilho ao avanço colonial, porém quase nunca foram vistos como protagonistas dos processos históricos dos quais participaram. Assim sendo, pesou sobre eles, quase sempre, um olhar passivo que os condenava a transitar na história como aqueles que sempre refletiam as ações desencadeadas pelos colonizadores. Somente a partir das duas últimas décadas do século XX, em decorrência principalmente de um maior diálogo da história com a antropologia, estes passaram a ser vistos como sujeitos ativos, capazes de agir em função de seus interesses e de acordo com suas estratégias diante dos contatos com os colonizadores.

Desta forma, a colonização da América não pode ser enxergada apenas como fruto de uma imposição ocidental pela força. Segundo John Manuel Monteiro (1999), reduzir os índios à condição de vítimas da “experiência do encontro” faz submergir diversos problemas: a ocultação da complexidade dos processos sociais, a negação da reelaboração de identidades indígenas em decorrência dos contatos e a desqualificação dos índios enquanto atores históricos e sociais. (1999: 238).

Por fim, ainda em relação a questões de ordem teórica, devemos dizer que nosso trabalho insere-se na “órbita” dos estudos sobre formação social e territorial, pois todo processo de colonização tem em sua lógica a expansão territorial de um determinado grupo humano. Assim sendo, a colonização pressupõe domínio territorial sendo suas razões fruto de interesses materiais e simbólicos. Para que a colonização ocorresse, foi necessário uma intervenção humana e uma nova ordenação do espaço conquistado, relações, portanto, íntimas entre sociedade e espaço. Daí a necessidade a qual nos reportamos acima de articular geografia e história para enriquecer a compreensão da colonização do sertão da Paraíba nos seus primeiros tempos.

A pesquisa se desenvolveu fundamentada em fontes primárias e bibliográficas, notadamente, neste segundo caso, em obras que abordam a colonização do sertão, grupos indígenas do período colonial e temas afins. Quanto às fontes primárias, merecem destaque os relatos dos cronistas do período colonial, bem como os documentos de diversos tipos, principalmente aqueles que compõem o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (relativos a Paraíba) e a Coleção de Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Ainda no que se refere às fontes primárias, deve-se destacar o estudo da documentação de base cartográfica, evidenciando os mapas que foram produzidos no período colonial ou recentemente e que têm relação com o espaço abordado no trabalho. Vale destacar, ainda em relação a este aspecto, que em alguns capítulos, principalmente no primeiro e terceiro, recorreremos sobretudo, aos

resumos das concessões de sesmarias no sertão contidas na obra “Apontamentos para a história territorial da Paraíba”, de João de Lyra Tavares (1982) e nas “Synopsis das Sesmarias”, de Irenêo Joffily (1892).

Partindo do pressuposto de que a cultura define ou redefine o espaço, Paul Claval (2002) o considera como uma realidade tríplice, ao mesmo tempo social, funcional e simbólica. Assim, para a geografia cultural, o moderno conceito de espaço humanizado é reflexo de escolhas, necessidades e meios de diferentes culturas, sendo esta perspectiva, igualmente direcionada sobre o conceito de região.

Tomando como pressuposto essa perspectiva, o espaço humanizado que abordamos nesta pesquisa é o sertão, ou melhor, o que se entendia por sertão no contexto da conquista e colonização da Capitania Real da Paraíba. Torna-se importante destacar, desde já, que, nas representações simbólicas sobre o território colonial, o sertão aparecia, quase sempre, como a oposição do litoral colonizado, ganhando ainda outras conotações conforme destacaremos adiante.

No entender de Gilmar Arruda (2000), a idéia de sertão serviu, no período colonial brasileiro, como parâmetro para representar espaços simbólicos dicotômicos. Dessa maneira, a idéia de sertão era uma forma de nomear o desconhecido, sendo considerado como um lugar inóspito e desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros. Ou seja, o litoral ocupado pela colonização seria o *locus* da civilização, enquanto as áreas distantes e ainda não conhecidas e colonizadas seriam representadas pela idéia de sertão. Neste sentido, no momento da interiorização da conquista na Capitania Real da Paraíba, o sertão representava também, toda uma área ainda não ocupada pela colonização que equivalia nos séculos XVII e XVIII às mesorregiões que conhecemos hoje como Cariri, Seridó, Brejo e Curimataú, além, da própria mesorregião denominada Sertão.

Já a antropóloga Cristina Pompa (2003) acredita que, na medida em que a colonização avançou sertão adentro, as narrativas dos cronistas constroem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço geográfico. “Assim, como os ‘Tapuia’ que o habitam, o sertão é móvel e feroz constituindo um desafio à colônia.” (2003:199). A colonização do sertão, desta maneira, fez com que este, enquanto “lugar físico”, passasse do plano do “vazio e desconhecido” para um espaço “concreto e compreensível.”³

³ Conforme o sertão foi sendo conhecido e colonizado logo se percebeu as diferenças deste meio ecológico em relação ao litoral. Nos relatos do período eram comuns referências à rusticidade do sertão que oferecia recursos naturais mais parcos comparado ao meio ecológico da Mata Atlântica.

Vemos assim pelo que foi dito até agora que o sertão colonial pode ser melhor compreendido como um registro simbólico do que como um espaço físico delimitável. O sertão, desta forma, estava carregado de uma valoração simbólica construída culturalmente naquele contexto e que foi mudando de conteúdo conforme a colonização avançava e este espaço transformava-se em território, ou seja, na medida em que as relações de poder se institucionalizavam sobre uma determinada área. Foi dessa maneira que o sertão se constituiu numa fonte abundante de representações forjadas pelo imaginário social da época e pelas relações sociais que foram se configurando ao longo do tempo.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, analisamos as várias dimensões do sertão no período colonial. Primeiro a dimensão simbólica, ou seja, a forma como o sertão colonial era visto pelos homens da época, partindo do pressuposto de que as imagens criadas sobre este espaço variaram no tempo e de acordo com as mudanças conjunturais. Além disso, procuramos demonstrar como o sertão foi qualificado de acordo com determinados grupos étnicos e sociais, notadamente os índios “Tapuia”⁴. Num segundo momento, discutimos as mudanças ecológicas fruto da transmigração de plantas e animais exógenos em meio à colonização do sertão. Por fim, avaliamos os fluidos limites territoriais do sertão da Paraíba, os conflitos de jurisdição entre diferentes esferas de poder (eclesiástico, fazendário, militar, entre outros) e seus problemas durante o período colonial em relação ao sertão.

No segundo capítulo, destacamos o modo de vida dos índios “Tapuia”, os quais consideramos protagonistas da conquista do sertão e importantes agentes produtores do espaço. Procuramos aqui, a partir principalmente dos cronistas da época e de uma bibliografia especializada, apresentar aspectos da vida material, simbólica e da organização social destes povos. Tomando como referência, teoricamente as abordagens culturais da geografia e os estudos antropológicos, procuramos apresentar inicialmente a grande diversidade étnica dos índios do sertão para em seguida analisar aspectos de sua cultura material e simbólica.

No terceiro capítulo, detivemo-nos na análise da interiorização da conquista da Paraíba, partindo do sistema sesmarial que propiciou a obtenção de terra na região. Procura-se, neste momento, apresentar principalmente toda a heterogeneidade social daqueles que foram, junto com os índios, agentes produtores do espaço-sertão na capitania da Paraíba. Tratamos a ocupação colonial do sertão enfocando os principais agentes colonialistas produtores do espaço, as motivações e itinerários da conquista colonial do sertão da Paraíba,

⁴ É importante que se diga que o termo “Tapuia” não pode ser entendido como um etnônimo, mas como algo historicamente construído, daí a razão do mesmo encontrar-se neste trabalho entre aspas. De fato, conforme destacamos no segundo capítulo da dissertação, havia uma grande diversidade étnica entre os índios genericamente chamados “Tapuia”.

destacando os principais grupos sociais e as estratégias adotadas por estes para adquirir terra no sertão.

No capítulo final, abordamos os contatos interétnicos entre índios e colonizadores, notadamente, as ações bélicas que envolveram os índios, a participação destes como guias nas penetrações ou ainda como sesmeiros. Enfocamos também os aldeamentos indígenas no sertão, considerando-os como *locus* de resistência e inserção dos índios em meio à sociedade colonial que se formava no sertão. Partimos do pressuposto de que estes contatos variaram de acordo com as estratégias adotadas pelos vários grupos indígenas ante os agentes colonialistas. De resistência armada ao avanço colonial à aliança militar firmada entre índios e colonizadores, passando pelos aldeamentos indígenas, foram várias as situações de contato na conquista do sertão.

Considerações finais:

Como já mencionado, o enfoque clássico sobre os índios na produção regional, escamoteou qualquer possibilidade de atuação ativa e os ignorou como sujeitos históricos na formação social e territorial do sertão. Assim, contribuir para o resgate do dinâmico e heterogêneo papel social e histórico desempenhado pelos índios “Tapuia” na colonização do sertão e seus contatos culturais com os colonizadores foi um dos objetivos desse trabalho. Nesta perspectiva, nossa intenção foi demonstrar que os agentes colonialistas não foram os únicos a contribuir para a reorganização do espaço no sertão nem tampouco para a formação social do mesmo.

Através das diversas situações de contato entre índios e colonizadores demonstramos que a ocupação colonial do sertão não pode ser vista como mera imposição pela força. Em nossa análise, procuramos evidenciar a importância dos índios do sertão como agentes produtores do espaço em meio à colonização. Quanto à guerra, esta foi sem dúvida a face mais dramática do “encontro” entre colonizadores e índios no sertão, mas não a única.

Referências bibliográficas:

- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, S.P.: Edusc, 2000.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de., GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pp. 89-118.
- _____. **A geografia cultural**. Florianópolis: editora da UFSC, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Campinas: Agosto, 2001.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, S.P.: EDUSC, 2003.

RATTS, Alecsandro J.P. A geografia entre aldeias e quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. & RATTS, Alecsandro J.P(org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. Pp.07-40.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.